



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9245 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

A educação do campo na mira do empresariado: a interiorização da disputa pelo conteúdo da escola pública

Renata Cecilia Estormovski - UPF - Universidade de Passo Fundo

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

A educação do campo na mira do empresariado: a interiorização da disputa pelo conteúdo da escola pública

Resumo: Este estudo objetiva refletir sobre as implicações da privatização na educação do campo, discutindo três iniciativas que promovem a redefinição de seu conteúdo pelo setor privado: Cooperativas Escolares (Sicredi), Escola do Campo (Syngenta) e De Olho no Material Escolar (Mães do Agro). Por meio de uma pesquisa qualitativa e documental, são analisadas fontes digitais que apresentam tais propostas, debatendo-as perante um referencial teórico que inclui autores como Saviani (2011), Dardot e Laval (2016) e Montaño (2010). Realiza-se uma análise hermenêutico-dialética, em que as contradições de tais projetos com uma educação comprometida com o conhecimento historicamente construído e com um posicionamento crítico e transformador da realidade são apontados. Essas iniciativas são indicadas como estratégias do empresariado para aproximar a escola dos anseios do capital, prezando pela conformação com o seu modo de produção, mesmo que a educação do campo seja afastada de sua essência formativa.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Privatização da educação; Educação do campo.

Por pelo menos três décadas, as relações entre os setores público e privado no âmbito educacional têm sido discutidas no Brasil, com distintos movimentos sendo investigados. Enquanto alguns deles demonstram constância, ao passo que mantêm suas bandeiras e suas propostas ao longo dos anos, outros abordam dimensões da escola e do trabalho educativo ainda não tão exploradas, renovando a disputa pelo conteúdo da educação pública. A educação do campo tem sido incluída nesses processos, com sujeitos coletivos, como cooperativas de crédito (que atuam no mercado financeiro como bancos) e corporações associadas à venda de insumos agrícolas (entre os quais estão agrotóxicos), e individuais (famílias que têm questionado o modo como o agronegócio tem sido abordado pela escola) produzindo debates, campanhas e programas que direcionam a educação básica ao acolhimento de suas perspectivas.

Neste estudo, intenta-se refletir sobre as implicações da privatização na educação do

campo, debatendo três iniciativas que colaboram com a apropriação de seu conteúdo por sujeitos vinculados ao setor privado: Cooperativas Escolares (Sicredi), Escola do Campo (Syngenta) e De Olho no Material Escolar (Mães do Agro). Por meio de uma pesquisa qualitativa e documental, serão analisadas fontes digitais que dispõem sobre tais propostas, discutindo-as perante um referencial teórico que inclui autores como Saviani (2011), Dardot e Laval (2016) e Montaña (2010). Para alcançar tal intuito, realiza-se uma análise hermenêutico-dialética, em que, a partir da hermenêutica, preserva-se “a possibilidade de interpretação dos sentidos que os sujeitos elaboram em seus discursos, e se combina à compreensão de tais sentidos face às contradições que lhes constituem, e ao seu contexto social e histórico, por meio da lógica dialética” (CARDOSO; SANTOS; ALLOUFA, 2013).

Ao abordar a educação do campo, nesta pesquisa, parte-se de uma perspectiva de totalidade, considerando-se as especificidades do espaço singular no qual as práticas educativas se constituem, mas entendendo-a como uma forma particular de materializar os processos educativos universais. Por isso, o contexto macroestrutural, orientado por uma racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), não se dissocia desse lugar específico de formação, que acolhe propostas nas quais, mesmo através de formatos distintos, são agregados valores, condutas e saberes que aproximam a escola de uma dinâmica mercadológica. Promove-se, nessa relação, uma “subjetivação contábil e financeira” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 28) em que as relações mercantis estabelecidas pelo capital são reproduzidas nos vínculos construídos pelos sujeitos com seus pares e no próprio modo como entendem a si mesmos. A educação sofre reformas para se articular a tais premissas e mesmo em suas modalidades específicas, como a discutida neste estudo, processos de privatização são estabelecidos.

A privatização, nesses termos, é entendida como a “tomada de controle sobre a educação por parte das empresas que não envolvem propriedade” (RIKOWSKI, 2017, p. 400), mas sim parcerias, geralmente formalizadas por meio de contratos entre sujeitos vinculados ao setor privado e/ou filantrópico e o poder público. Com isso, o conteúdo da educação passa a ser direcionado por tais grupos, que inserem seus projetos (educativos, mas também societários) na dinâmica da escola (PERONI, 2015). Suas motivações não costumam ser expostas, sendo geralmente indicadas como o interesse em aprimorar a qualidade da educação (expressão utilizada de modo genérico, sem uma significação explícita nas propostas). Podem, contudo, acolher a necessidade de responsabilidade social imposta ao empresariado, a redução do pagamento de impostos, a intenção de criar uma imagem positiva de seu negócio na comunidade e a publicidade indireta promovida pelos empreendimentos.

Essas relações entre os setores público e privado, estimulados no país especialmente após a década de 1990, inserem-se como parte das *artimanhas ideológicas do pensamento neoliberal* (MONTAÑO, 2010), em que as políticas sociais (que incluem a educacional) são afastadas do âmbito de ação do Estado e compartilhadas com a sociedade civil. Com isso, a questão social deixa de ser uma preocupação universal para ser restrita a atividades pontuais delegadas à filantropia. Na educação pública, por mais que o Estado financie e avalie a oferta (que segue gratuita e associada à atuação de governos federal, estaduais, municipais e do Distrito federal), sujeitos, como os apresentados a seguir, naturalizam suas prescrições por meio dos projetos que promovem e direcionam o conteúdo do ensino básico.

As Cooperativas Escolares, iniciativa da cooperativa de crédito Sicredi (entidade que atua no sistema financeiro como banco), inserem-se nessa perspectiva ao realizarem parcerias com escolas - tanto urbanas, quanto rurais, sendo, contudo, mais estimuladas e ter maior aceitabilidade em escolas do campo ou de pequenos municípios, cuja economia está centrada na agricultura. Nela, os estudantes, junto a um professor orientador ou tutor, devem fundar e administrar uma cooperativa na escola, apropriando-se de sua sistemática (produzindo e

comercializando um produto específico) e sendo entendidos como seus sócios. A natureza da cooperativa é divulgada como prática, enfatizando-se o desenvolvimento de projetos e oficinas, que são decididos por meio de assembleias nas quais os estudantes votam para apontar suas preferências e os rumos que almejam para seu empreendimento.

Os princípios que regem a cooperativa escolar são os mesmos utilizados pela cooperativa de crédito, que afirma entender a cooperação no âmbito local como uma forma de contornar problemas sociais como o desemprego, além de se autoindicar como responsável pela formação de líderes e gestores para a comunidade. Afirmando inspiração em Célestin Freinet e na cidade argentina de Sunchales, pauta-se na tríade trabalho, educação cooperativista e cooperação, objetivando a convivência harmônica, a solidariedade, a igualdade, o alcance de propósitos compartilhados e a autonomia. Também estimula a educação financeira e a participação dos estudantes na economia, tornando-os protagonistas, o que é reforçado a partir do Curso de Formação Básica em Cooperativismo, oferecido às escolas adeptas.

O projeto Escola no Campo, da Syngenta, ocorre em parceria com a Abrinq, as cooperativas agrícolas das localidades e as escolas de sua abrangência. Não há a identificação de uma página institucional que concentre as informações acerca dessa proposta, que foram colhidas, para o desenvolvimento da análise, em endereços eletrônicos que registram notícias acerca da concretização da iniciativa em contextos singulares. A Syngenta distribui materiais didáticos que são elaborados em parceria com a Fundação Abrinq, que também auxilia na mediação para que as redes de ensino adiram à iniciativa. Na edição de 2020, foram entregues para cada turma da instituição o Livro do Professor (acompanhado de um CD com 4 vídeos para reforçar os principais pontos do Projeto), o Livro do Estudante, um Guia para as Famílias, o gibi “Era uma vez no campo” e o jogo do Meio Ambiente.

Esses recursos abordam distintos temas ligados à vida rural e, a partir deles, as escolas elaboram práticas, premiam os alunos que se destacam (Aluno Nota 10, Melhor Apresentação no Dia do Encerramento, Melhor Desenho, entre outros) e divulgam, ao final do período estipulado, suas produções, confraternizando com representantes das cooperativas e da própria Syngenta. Meio ambiente, importância do uso de implementos agrícolas, uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e necessidade de produção de alimentos são alguns dos assuntos tratados no material, que não é encontrado on-line. Uma peculiaridade desse projeto, por sinal, é possuir ainda mais restrições com relação ao acesso a seus recursos didáticos, disponibilizados apenas em versão impressa.

Já a iniciativa De olho no material escolar, protagonizada por um grupo que se intitula Mães do Agro, segue as prescrições do Movimento Escola Sem Partido, objetivando fiscalizar o conteúdo das aulas e agir caso divirjam de suas perspectivas. Essa proposta critica o enfoque dado pelos livros didáticos ao tratar do agronegócio e vinculá-lo à escravidão, à destruição da natureza, ao ataque de indígenas e ao uso de agrotóxicos. Afirmam que existem mitos e interpretações equivocadas, e, aos moldes do Escola Sem Partido, alegam haver um viés ideológico influenciando a formação dos estudantes, ao qual as famílias precisariam estar atentas.

Além de analisar os materiais escolares, o grupo também está criando sua própria narrativa e pretende distribuir referenciais distintos, em que a tecnologia utilizada no ramo atualmente e a quantidade de alimentos produzida tenham notoriedade. Fundado por Andréia Bernabé e Leticia Zamperlini Jacintho (produtoras rurais), a proposta tem o apoio de sujeitos como Xico Graziano (produtor rural, doutor em administração e ex-professor universitário), mencionado como responsável por receber e analisar os recursos didáticos enviados pelas famílias, e ainda conta com Marcos Fava Neves, professor da Fundação Getúlio Vargas, Aldo

Rebello, ex-ministro da defesa, e os políticos da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) como parceiros.

Por meio das Cooperativas Escolares, os estudantes são estimulados a se apropriar da “subjativação contábil e financeira” indicada por Dardot e Laval (2016, p. 28), já que crianças e jovens são compelidos a se apropriarem de uma conduta em que se responsabilizam por seu futuro. Desde cedo e a partir do contexto escolar, são treinados para empreenderem e, na esfera local e com seus pares, criarem soluções para problemas complexos, como o desemprego, desonerando o Estado e o mercado (MONTAÑO, 2010) e conformando-se com a realidade, isso por meio da ressignificação de autores consagrados como Freinet. O mesmo ocorre com os outros dois projetos, que buscam criar narrativas para que os estudantes de escolas do campo se apropriem de discursos de conciliação quanto ao modo como o capital explora os recursos naturais e a produção de alimentos, naturalizando até mesmo que empresas de agrotóxicos (com todas as consequências dessas substâncias para a saúde das pessoas e do meio ambiente) adentrem a escola e sejam entendidas como uma forma ingênua de aumentar a produção e alimentar a população (como se isso, por si, fosse suficiente para acabar com a fome no mundo).

As propostas vão na contramão de estudos sobre a educação do campo, articulando-se à ideia de educação rural (VIERO; MEDEIROS, 2018), pautada no produtivismo e que entende as comunidades interioranas como espaços para produzir mercadorias, e não para viver e constituir relações singulares. As três iniciativas explicitadas indicam uma preocupação com os assuntos tratados nas aulas e seus vieses, especificamente no que se refere à forma de sociabilidade vinculada a ela (ou à ideologia, como as Mães do Agro insistem em destacar) e ao modo como os saberes específicos dessa modalidade são apresentados. Todas se mostram interessadas em privatizar o conteúdo da educação do campo, denotando as disputas em torno desse projeto educativo e mostrando-se contraditórias quanto às discussões realizadas no âmbito acadêmico e social.

Além disso, a educação como “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2011, p. 31) é contrariada por movimentos como os analisados. Esvaziando as práticas educativas de historicidade, de concretude e de ímpeto por transformação, promovem a adaptação dos sujeitos à racionalidade neoliberal. Contrariam a essência da educação do campo (VIERO; MEDEIROS, 2018), que preza, entre outros elementos, por diversidade cultural, memória coletiva, saberes comunitários e pelos camponeses como sujeitos de seu processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, M. F.; SANTOS, A. C. B; J. M. L. ALLOUFA, Sujeito, Linguagem, Ideologia, Mundo: Técnica Hermenêutico-dialética para Análise de Dados Qualitativos de Estudos Críticos em Administração. In: XXXVII Encontro da ANPAD, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. p. 1-16. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ1895.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal.

Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

PERONI, V. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil In: PERONI, V. (Org.). **Diálogos sobre as redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2015.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: Primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 2011. 11. ed.

VIERO, J.; MEDEIROS, L. M. **Princípios e concepções da educação do campo**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.